

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 2
DE 16-01-2007**

ACTA N.º 2

Data da reunião extraordinária : 16-01-2007

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 18:15 horas

Términus da reunião: 20:30 horas

Resumo diário da Tesouraria: 15/01/2007 686.738,72 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Francisco Maria Moita Flores

Vereadores: Rui Pedro de Sousa Barreiro

Ramiro José Jerónimo de Matos

Manuel António dos Santos Afonso

Lígia Corujo Reis Batalha

Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Henriqueta da Graça Pereira Carolo

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram dezoito horas e quinze minutos, começando por convidar os senhores Vereadores a estarem presentes numa reunião com o senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, a ter lugar após o final da presente reunião. -----

--- Seguidamente deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:-----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO PRÉVIO DO JARDIM DA LIBERDADE - REQUALIFICAÇÃO DO CAMPO SÁ DA BANDEIRA/LARGO CÂNDIDO DOS REIS**-----

--- Em conformidade com o deliberado na última reunião, foi novamente presente o processo em epígrafe, onde constam as informações números um e oito de, respectivamente, três e onze do corrente mês, do Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento – Divisão de Projectos, que se dão por transcritas na presente acta, bem como os respectivos anexos, dela fazendo parte integrante (documento I). -----

--- A pedido do senhor **Presidente** os senhores **Arquitectos Filipe Rafael e Pedro Gouveia** procederam à apresentação do projecto de requalificação do Campo Sá da Bandeira/Largo Cândido dos Reis, começando com uma breve explicação do que foi a vivência pedonal naquele espaço, então denominado por Chão de Fora de Vila com o Largo e o Jardim das Amoreiras e da sua proximidade ao Centro Histórico, embora sem ligação efectiva. -----

--- Salientaram os objectivos desta requalificação, referindo que se pretende criar uma grande sala de visitas e eventos, actualmente inexistente na Cidade, que se irá desenvolver a partir da localização do monumento de homenagem a Salgueiro Maia até ao edifício do Tribunal, através da colocação, nessa alameda, de estatuária alusiva ao tema da Liberdade. Outro dos objectivos é, para além de potenciar a proximidade entre os munícipes e a Cidade, potenciar uma efectiva ligação entre o Campo Sá da Bandeira e o Largo Cândido dos Reis. Seguidamente deram conta de outros objectivos, como seja a criação de um parque de estacionamento subterrâneo, a alteração do sistema viário por

forma a possibilitar uma maior fluidez de trânsito, a criação de um espaço que possibilite múltiplas vivências (eventos culturais, esplanadas, feiras temáticas e parque infantil), a repovoação e revitalização do Centro Histórico. -----

--- Referiram a seguir as condicionantes existentes a este projecto em virtude de parte do território a intervir e integrar no Centro Histórico de Santarém, em vias de classificação pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, onde estão incluídas duas áreas *non aedificandi* e seis zonas especiais de protecção, a localização do antigo cemitério islâmico, a inexistência de prospecções arqueológicas no Campo Sá da Bandeira e ainda o facto do local ser atravessado pelo principal eixo viário da Cidade. Informaram que este estudo foi realizado com a colaboração da EP – Estradas de Portugal, EPE e do Instituto Português do Património Arquitectónico que considerou que a intenção da Câmara contém factores potenciadores de uma valorização efectiva do local. Foi também realizado um estudo arqueológico preventivo, desenvolvido por técnica da especialidade que concluiu que as sondagens realizadas na Avenida Sá da Bandeira não revelaram vestígios arqueológicos de grande valor patrimonial. -----

--- Realçaram o propósito de se deslocar a totalidade do trânsito para ponte, junto à actual Rodoviária, a criação de uma grande praça em dois níveis possibilitando a realização de múltiplos eventos, a criação de uma Alameda valorizando o eixo alinhado com o Tribunal, a criação de zonas de estar com plano de água e equipamentos (restaurante/cafetarias) e ainda a criação de estacionamento subterrâneo, com dois pisos, com capacidade para cerca de mil lugares. -----

--- Relativamente ao Largo Cândido dos Reis referiram o propósito de reconstituição do Largo/Jardim das Amoreiras, a criação de uma adro na frente da Igreja do Hospital Velho de modo a repor as vivências e relação com os Monumentos e por fim a criação de uma rotunda de menores dimensões. -----

--- A terminar deram conta da calendarização prevista assim como o montante do investimento no valor de doze milhões de euros, prevendo-se a realização de um concurso público para parceria público/privada destinada ao financiamento da obra, sendo a obra a cargo de privado, tendo como contrapartida do investimento a concessão

e exploração do estacionamento subterrâneo e à superfície, num raio de quinhentos metros, por tempo determinado. -----

--- Após esta apresentação, interveio a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** que começou por referir que o debate de hoje se centraliza em dois espaços fundamentais do planalto e considerou que esta intervenção tem que resultar de um contexto de grande rigor, com transparência e muita seriedade na utilização dos dinheiros públicos, porque é assim que deve ser a gestão pública e é assim que deve ser a intervenção camarária, sendo pública a assumida dificuldade económica da Câmara Municipal de Santarém. ----

--- Aludiu a um estudo sobre a qualidade de vida de quarenta cidades, publicado na Comunicação Social, analisada através de vinte critérios, estando Santarém posicionada no trigésimo segundo lugar. Disse que dos cinco critérios em que Santarém foi avaliada negativamente, incluem-se a qualidade urbanística, a relação com a água e a paisagem, o estacionamento, o desempenho económico e a governança e cidadania, elucidativos das fragilidades que caracterizam o Concelho e não só a Cidade. -----

--- Referiu que o contexto do rigor e da transparência dos dinheiros públicos, prende-se com a enunciação das prioridades, sendo necessário verificar se os objectivos e as estratégias delineadas por estes projectos constituem prioridades. Por outro lado considerou que não é preciso o espaço estar degradado para ser intervencionado, basta que disso resulte a melhoria da qualidade de vida desse espaço. -----

--- Face aos objectivos da intervenção dos espaços propostos, requalificação do Campo Sá da Bandeira e Reabilitação do sistema de saneamento, colocou as seguintes dúvidas:

--- * Qual o custo de cada uma das duas intervenções: da requalificação do espaço do Campo Sá da Bandeira, no futuro Jardim da Liberdade, e da requalificação em termos de saneamento da Avenida do Brasil.-----

--- * Qual a percentagem da participação comunitária e da participação da Câmara Municipal de Santarém, pressupondo que apenas o saneamento terá participação comunitária. -----

--- * Se face à assumida dificuldade financeira, a Câmara Municipal de Santarém está em condições de responder às suas responsabilidades, sem pôr em causa intervenções

urgentes e prioridades indiscutíveis.-----

--- * Se a requalificação urbanística da Ribeira de Santarém não é indiscutivelmente mais urgente que o Campo Sá da Bandeira e a Avenida do Brasil, que não estão degradadas.-----

--- * Se a intervenção urbanística no Bairro Dezasseis de Março, onde não há qualidade de vida e onde os residentes têm sido abandonados, não é mais urgente.-----

--- * Se não era possível fazer uma pequena intervenção no Miradouro da Avenida António Maria Batista, local privilegiado em termos de vista panorâmica do concelho, da sua zona mais rural.-----

--- * Para quando a grande intervenção urbanística no último espaço nobre da cidade – Campo Emílio Infante da Câmara - alvo de promessas desde há trinta anos, como espaço público de lazer, sem carros, com espaços verdes e de calçada à portuguesa e sem habitação mas com algumas construções de serviço público. Afirmou que a CDU - Coligação Democrática Unitária não estará nunca disponível para abdicar deste espaço com estas características e que o espaço agora proposto não o substitui, nem substituirá.

--- Em seguida colocou algumas questões técnicas, para as quais solicitou resposta: -----

--- * Relativamente ao estacionamento subterrâneo perguntou o que pretendem dizer quando afirmam que os residentes não serão prejudicados e se os preços serão controlados pela Câmara. -----

--- * Questionou sobre o destino da praça de táxis. -----

--- * Quanto ao tráfego e porque se refere no estudo do Professor Nunes da Silva, estudos anteriores, disse ter deduzido que se considerou que os dois estudos mandados elaborar no mandato anterior eram ainda sustentadores daquilo que vai ser a nova definição. Afirmou que actualmente existem oito faixas de rodagem de escoamento de trânsito e que com este projecto serão reduzidas para quatro faixas na Avenida do Brasil, pelo que perguntou se foi feita a avaliação desta redução e quais as consequências.-----

--- * Perguntou, tendo em atenção que o trânsito converge entre as Avenidas do Brasil e José Saramago e a nova variante à Rua Alexandre Herculano para uma rotunda, que fica perto da rotunda junto ao Presídio, se esta solução é vantajosa.-----

--- * Considerou estranguladora a fluidez de trânsito proposta para a Rua Dr. Jaime Figueiredo. -----

--- * Sobre espaços verdes e de lazer que entendeu ser este um dos grandes objectivos, considerou haver um lato espaço de calçada e poucas zonas verdes, pelo que perguntou se é possível saber qual a área de território verde e qual a área de território calcetado. Perguntou ainda quantas árvores existem hoje em todo o espaço e quantas se pretende abater. Disse considerar, por razões climatéricas de qualidade do ar e de vida das pessoas, que o arbóreo deve aumentar e não diminuir em nenhuma circunstância, pelo que só aceita o abate de árvores doentes e que constituem perigo para as pessoas, devendo ser salvaguardadas até ao limite todas as árvores. Disse ainda que é perfeitamente adepta daquilo que se diz no estudo, que se uma ou outra de grande valor patrimonial tiver que ser abatida, que seja trasladada para outro local e que no cômputo geral deste espaço não possa haver uma árvore a menos, porque se se mantiverem as mesmas árvores, não valeu o custo da obra. -----

--- Relativamente às infra-estruturas, disse que deverá haver contenção no número de infra-estruturas para que possa sobrar espaço para as pessoas andarem e passearem. -----

--- Ainda sobre as infra-estruturas colocou a questão relacionada com a Sala de Leitura Bernardo Santareno, discordando da sua demolição e perguntando se não haveria modo de requalificá-lo, por ser um espaço de memória, tendo por isso solicitado a análise de situações alternativas. -----

--- Perguntou qual a solução a dar ao quiosque instalado presentemente ao lado do Tribunal, considerando que os cidadãos não podem ver questionados os seus direitos sem que sejam equacionadas soluções alternativas, através do diálogo. -----

--- Continuando a sua intervenção, referiu-se ao inestético edifício de doze andares, de grande responsabilidade política, existente na Avenida do Brasil, que desvirtua aquilo que são as características rurais de um Concelho onde predomina a pequena ou média volumetria. Considerou que todos os promotores deveriam ser avisados de que não podem construir nada que se assemelhe àquele edifício, solicitando que o mesmo não sirva de referência a futuras construções, pois Santarém é uma cidade que não suporta

estas excepções urbanísticas. -----

--- Em relação à envolvente ao Centro Histórico, solicitou explicações sobre a referência à eliminação de uma barreira física junto ao Seminário assim como a identificação da grande porta de que se fala como entrada para o Centro Histórico.-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** começou por referir que não conhece qualquer estudo do Professor Nunes da Silva, mas apenas o seu parecer que cita estudos realizados no mandato anterior, nomeadamente de circulação e estacionamento e mobilidade e transportes. Considerou que face à redução significativa de faixas de rodagem proposta, face à inserção de um parque de estacionamento para mil lugares que apresenta uma entrada e uma saída, era importante haver um estudo de tráfego efectivo, uma vez que, embora esteja faseada a intervenção, esta primeira fase acaba por condicionar o desenvolvimento das fases seguintes, que não dão resposta à Avenida dos Combatentes e outras relacionadas com travessia de peões. Referiu-se ainda às informações disponíveis que apontam para um percurso pedonal sem interrupções entre a zona do Tribunal e a Igreja de Jesus Cristo, perguntando se foi lapso ou é resultado de projectos anteriores, que incluíam a construção de túneis. -----

--- A seguir, referiu-se à informação subscrita pelos senhores arquitectos Filipe Rafael e Pedro Gouveia que diz “...que para o mesmo território se encontra suspensa uma proposta de Plano de Pormenor, mediante o parecer do Professor Nunes da Silva, que deverá ser reavaliada face à aprovação do presente estudo prévio”, alegando que não se recorda de ter havido qualquer deliberação a suspender um Plano de Pormenor, pelo que solicitou esclarecimentos sobre esta questão. -----

--- Perguntou que articulação tem esta proposta com os Planos de Pormenor do Convento de São Francisco e do Campo Infante da Câmara.-----

--- Recordou que no mandato anterior uma das soluções propostas incluía a eliminação da Sala de Leitura, facto este que também o preocupou e o levou a solicitar novas medições no sentido de preservar aquele espaço.-----

--- Referiu que o estudo fitossanitário é apenas relativo ao Jardim caracterizando-o correctamente e reforçando a razão de ser da proposta do anterior Executivo no sentido

de requalificar o Jardim, considerada então uma prioridade. Em seu entender o estudo esquece a restante área a ser intervencionada quando devia incluí-la.-----

--- Aludiu a um parecer do Instituto Português do Património Arquitectónico citando o último parágrafo que diz “Reafirmamos que a extensão e a complexidade das intervenção, determina um aprofundamento dos estudos e uma maior reflexão sobre cada proposta em particular. Mantém-se nesta solução, a ausência de linhas gerais de orientação em relação ao Campo Sá da Bandeira, cujo desenho urbano, deverá ter em atenção as linhas de força, os eixos e os edifícios existentes, nomeadamente a presença estruturante do edifício do Tribunal, no topo da alameda. Consideramos que a proposta do Jardim Infantil é inadequada na praça principal, podendo ser localizada num local menos significativo e com carácter temporário...”. Considerou que o parecer do Instituto Português do Património Arquitectónico não é tão linear no sentido de fazer seja o que for, pelo que solicitou informação sobre os últimos contactos havidos com aquele Instituto.-----

--- Relativamente ao estudo arqueológico, apesar de “...não revelarem vestígios arqueológicos de grande valor patrimonial...”, a informação refere que “... todavia, qualquer perfuração ou revolvimento do seu subsolo obriga ao acompanhamento arqueológico da obra...” deixando claro que as sondagens são sondagens e que é muito provável que venham a surgir mais achados arqueológicos.-----

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso** interveio referindo-se à componente arbórea, sublinhando que a pinheira existente no Largo Cândidos dos Reis foi uma das razões que levou àquele desenho da rotunda. Acrescentou que, perante o projecto apresentado, há um conjunto de árvores no Campo Sá da Bandeira, de elevada importância que vão ser abatidas, nomeadamente junto à Sala de Leitura e que a parte do saneamento e a construção do parque de estacionamento subterrâneo também levará ao abate das restantes árvores. Na sua perspectiva vai ser criada uma zona árida de grande concentração de monóxido de carbono onde está hoje localizado o pulmão da cidade ---

--- A senhora **Vereadora Henriqueta Carolo** disse ter ficado com algumas preocupações após a leitura do projecto, que passou a enunciar: -----

- Um – A questão das prioridades em relação aos projectos não só para a Cidade como também para o Concelho, face às graves dificuldades financeiras que a Câmara tem.-----
- Dois – Relativamente ao parque de estacionamento subterrâneo previsto na proposta, disse não perceber quantas entradas para o parque havia, considerando que a haver uma só entrada, no seu entender a questão da segurança é posta em causa. -----
- Três – Referiu-se ao actual Jardim frente à Rodoviária, que serve de parque de merendas a muitos visitantes porque os autocarros de excursão estacionam perto. -----
- Quatro – Disse ter ficado preocupada com a destruição da Sala de Leitura por ser um local agradável e fazer parte da sua memória de estudante. -----
- Cinco – Referiu-se à Rua Cidade da Covilhã, dizendo que a informação refere que são feitas algumas expropriações de imóveis não tendo percebido de que expropriações se está a falar. -----
- Seis – Aludiu em seguida à sua preocupação com as árvores em virtude das elevadas temperaturas que Santarém sofre e ter sentido haver alguma ausência de árvores. -----
- Sete – Outra dúvida que lhe ficou foi o facto da intervenção se processar de fora para dentro do Centro Histórico quando, no seu entender, deveria ser ao contrário, embora perceba que se está a criar um tapete vermelho de entrada na Cidade. Perguntou por isso o que vai acontecer ao interior do Centro Histórico. -----
- Oito – Perguntou também como será feito o acesso e como se vão processar as cargas e descargas na zona comercial. -----
- Nove- Referiu-se à Praça de táxis, manifestando a sua preocupação sobre a sua localização.-----
- Dez – A terminar perguntou como ficaria a situação do Parque de Estacionamento Enfis, actualmente situado nas traseiras do seminário, com entrada pela Rua Pedro Canavarro e que lhe pareceu no projecto, que iria desaparecer. -----
- Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente** solicitou aos técnicos presentes que esclarecessem as dúvidas técnicas apresentadas, tendo os arquitectos Filipe Rafael, Pedro Gouveia e Catarina Durão, assim como a Dra. Dina Vieira prestado os seguintes esclarecimentos: -----

--- Realçaram o facto de se estar perante um estudo prévio, que passará obviamente por outras fases de desenvolvimento, aliado a contributos que possam surgir. Disseram que a Avenida do Brasil sofreu uma alteração no sentido de se verificar o menor abate de árvores possível e que as outras fases entrarão em desenvolvimento de forma a conjugar os interesses do Executivo e da Cidade. -----

--- Relativamente à rede viária consideraram que as quatro faixas propostas estão baseadas em estudos feitos de mobilidade e que vão desembocar em rotundas que vão permitir a fluidez do tráfego, sendo abolida a sinalização semaforica. Consideraram também fundamental a alternativa a criar na Rua Alexandre Herculano para a resolução da fluidez do trânsito naquela zona. Explicaram que nesta primeira fase o trânsito continuará a circular, embora de modo condicionado pela frente do Tribunal, fazendo-se também pela Rua do Mercado e que só deixará de ser assim depois de construída a variante à Rua Alexandre Herculano. -----

--- Explicaram que o parque de estacionamento subterrâneo vai ser alvo de análise no estudo, tendo confirmado que existe uma entrada e uma saída para as viaturas mas que haverá cerca de seis saídas pedonais.-----

--- A **Directora do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, Dra. Dina Vieira** considerou oportuno sublinhar que se trata de um estudo prévio e, neste momento, apenas está para aprovação a questão do saneamento na Avenida do Brasil devido à candidatura aos fundos comunitários. Realçou também que as fases seguintes terão de ser submetidos a discussão e aprovação do Executivo Municipal e que só nessa fase as dúvidas podem ser totalmente esclarecidas. Nesta fase trata-se de um estudo prévio, em que se estão a tentar incorporar os contributos surgidos, nomeadamente da Associação Comercial sobre a revitalização do Centro Histórico. Relativamente ao parque de estacionamento e às árvores que vão ser abatidas, disse serem questões a que ainda não se consegue dar resposta. Referiu-se ainda ao estudo fitossanitário da Arquitecta Catarina Durão realçando o facto das árvores serem abatidas mais tarde e serem de valor reduzido, havendo apenas duas árvores de valor muito elevado. Afirmou também que a grande preocupação transmitida pelo senhor Presidente aquando da

elaboração deste projecto, foi no sentido de que houvesse um grande reforço da estrutura verde, propondo um reforço de trinta por cento.-----

--- A **Arquitecta Catarina Durão** referiu que foi tida em atenção ao máximo a massa arbórea existente, restringindo ao mínimo o abate e tentando que as árvores de valor mais elevado possam ser transplantadas. Referiu que no jardim existem muitas árvores de valor reduzido mas que a intenção é adensar toda a estrutura verde.-----

--- O senhor **Vereador Joaquim Neto** interveio para dizer que esta questão das árvores também o deixou preocupado. No entanto, considerou louvável a preocupação de reduzir o passeio salvaguardando cinquenta por cento das árvores de qualidade. Analisando o estudo prévio e a área de intervenção do parque de estacionamento, disse ter receio que essa preocupação tenha sido inglória, porque vão ser abatidas duas árvores de valor muito elevado num universo de oito e mais dezanove de valor elevado num universo de setenta e oito, estando convicto que, com a construção do parque subterrâneo, outras vão ser abatidas. -----

--- Considerou ainda que teria sido conveniente não estarem a apreciar este projecto já com um projecto de execução feito que, se for aprovado, condiciona todas as outras fases. Lamentou que não tenha havido uma discussão mais dilatada e colocou a hipótese de se aplicarem estes fundos comunitários noutra zona da cidade ou até no Concelho. ---

--- A **Arquitecta Catarina Durão** referiu que a manutenção do Jardim é uma condicionante assumida a respeitar como uma mais valia. Realçou ainda o facto da deslocação do Parque de Estacionamento para a zona da Avenida Sá da Bandeira, Pedro Calmon e da rua dos táxis, abranger árvores de alinhamento que têm vários problemas fitossanitários e que já estão a necessitar de ser substituídas.-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** frisou que a condicionante não é a área verde mas sim a zona *non aedificandi* imposta pelo Instituto Português do Património Arquitectónico. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** considerou importante que ficassem esclarecidas estas dúvidas, porque pelo que entendeu, o projecto inicial já está a sofrer alterações e que uma delas deve-se à condicionante provocada pelo jardim no sentido de

não ser atingido e que outra é a deslocação do parque de estacionamento para o lado oposto ao do jardim. No entanto, continuou, como disse o senhor Vereador Rui Barreiro tal não é possível por ser considerado pelo Instituto Português do Património Architectónico como zona *non ædificandi*, pelo que perguntou afinal se tal era ou não possível face a essa condicionante e se afinal o Parque pode ou não ficar junto à Rua Pedro Calmon.-----

--- Respondendo à senhora Vereadora Luísa Mesquita, o **Arquitecto Filipe Rafael** informou que essa foi uma das questões colocadas ao Instituto Português do Património Architectónico, tendo a resposta sido de não autorização de intervenção na área *non ædificand* mas só a partir de três quartos da Avenida Marquês Sá da Bandeira para o Tribunal (área do Seminário), não tendo havido oposição à intervenção na Rua Pedro Calmon.-----

--- A outras questões colocadas pela senhora **Vereadora Luísa Mesquita** os Técnicos informaram que a entrada para o parque subterrâneo far-se-ia junto ao Largo Cândido dos Reis e a saída junto à futura rotunda do Tribunal e que esta deslocação do parque de estacionamento implicaria apenas o abate das árvores que já não estão em condições fitossanitárias e que é o alargamento da Avenida do Brasil que vai provocar o abate de árvores no Jardim, no número de quarenta e quatro de um total de cento e sessenta e quatro.-----

--- Interveio então o senhor **Presidente** afirmando que a primeira vez que este projecto foi discutido, ficou claro que só se arrancaria para esta requalificação se no final da primeira fase estivessem no Campo Sá da Bandeira mais trinta árvores do que as actualmente existentes. A este propósito lembrou ter dito claramente que “obras como a do Largo do Seminário e como a do Largo Cândido dos Reis, nunca mais!” Sublinhou que este jardim que pretende recuperar a tradição romântica do arvoredo, do verde, do encontro, do passeio, do estar junto, passa por fases menos agradáveis. Neste caso concreto o que está em causa é o facto de se estar perante uma cidade, como foi publicado no Expresso, em que os itens estratégicos que hoje permitem a competição entre as cidades estão aquém daquilo que é a média nacional e Santarém tem que

recuperar essa média nacional e ultrapassá-la. É evidente que não se pode pensar em requalificar o centro histórico se as acessibilidades do centro histórico não estiverem devidamente contextualizadas num diálogo entre o antigo e o novo através da modernização dos jardins, preservando aquilo que é essencial nos jardins de Santarém que é o seu traço romântico. É importante – afirmou - recuperar a tradição de Santarém, as memórias de Santarém, mas colocar todas essas memórias num quadro de transição para o futuro onde nós podemos desfrutar e olhar Santarém com essa memória pesada, cheia de sinais e ícones do passado mas ao mesmo tempo olhar para Santarém olhando para aquilo que as grandes cidades europeias fizeram quer da sua ancestralidade, quer da sua pós-modernidade, como Barcelona, Paris, Genève, Düsseldorf e até Lisboa. Disse estar a falar das cidades que conseguiram ter a genealidade de dar esse passo em frente e não ficarem agarradas à hesitação permanente entre esta síntese que é o antigo e que é o moderno. A preocupação que devemos ter enquanto responsáveis da Câmara é no sentido de que este jardim que neste momento tem cento e sessenta e quatro árvores, quando estiver concluído tenha duzentas árvores de qualidade. Este projecto só faz sentido, carregando no seu significado romântico, robustecendo, ampliando e multiplicando a densidade arbórea daquele local, concluiu. -----

--- A propósito dos parques de estacionamento e a este determinismo de que fazem-se os parques morrem as árvores, disse conhecer dezenas de parques de estacionamento na Europa que têm uma floresta em cima, como é o caso do bosque de Bolonha, o parque de estacionamento de Salzburgo ou mesmo o dos restauradores, em Lisboa. Portanto, esse determinismo de que onde nasce um parque de estacionamento subterrâneo não há lugar para reproduzir árvores não é verdade. Não é verdade pelas tácticas de construção, pelas formas como elas se localizam, e não é verdade do ponto de vista da construção urbana ou da articulação urbana entre os subsolos e os solos. -----

--- Disse procurar que tudo aquilo que tenha que ser tocado por este projecto seja recuperado para melhor e modernizado no sentido de servir a cidade. Assim, os quiosques fazem parte da tipificação da identidade romântica da cidade pelo que se irão manter embora possam mudar de local. Para o espaço Internet também estão previstas

soluções. Relativamente à sala de leitura disse estar em desenvolvimento o projecto da biblioteca estando previsto nesse projecto um espaço para a sala de leitura Bernardo Santareno, podendo, entretanto criar-se um centro de leitura que permita a leitura volante de jornais, revistas, enfim tudo aquilo que tem a ver com os quotidianos e com a informação. -----

--- Prosseguiu referindo que existe um financiamento de sessenta e cinco por cento de fundos comunitários para o saneamento e no que respeita à parceria público/privada o caderno de encargos está concluído e o estudo está a ser elaborado no sentido de que o vencedor do concurso concepção/construção do parque subterrâneo tenha durante alguns anos o usufruto, a gestão do espaço privado participando com a Câmara na refeitura do jardim de acordo com as regras e a nossa concepção de arquitectura exterior. As percentagens não estão ainda definidas porque se aguarda o estudo de viabilidade para lançar o concurso público. -----

--- A propósito da intervenção da senhora Vereadora Luísa Mesquita sobre o estacionamento dos moradores e outras entidades referiu que as soluções são as habituais, que existem noutras cidades. -----

--- A seu pedido a Directora do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente informou ter participado numa reunião com a Associação de Comerciantes onde foi abordada esta questão dado ser uma situação que preocupa os comerciantes e os residentes no centro histórico. Essa questão foi colocada e há uma coisa que é importante ter em conta que é o facto de que quem vai estabelecer as tarifas do parque de estacionamento, quer à superfície quer no subterrâneo, é a Câmara devendo estar previsto um estatuto especial para os residentes e para quem trabalhe no centro histórico, exactamente à semelhança de outras cidades e de acordo com as indicações do senhor Presidente. -----

--- O senhor **Presidente** prosseguiu referindo que o parque de estacionamento da Empresa Enfis vai sair do local onde está actualmente, tendo já trocado algumas impressões com o senhor Bispo e o respectivo empresário nesse sentido. Relativamente à Praça de Táxis referiu que irá precisar de uma discussão mais reflectida porque estão a

ser desencadeadas acções tendentes à alteração do traçado da linha do caminho de ferro.

--- No que se refere às considerações da senhora Vereadora Luísa Mesquita sobre prioridades, disse que numa cidade antiga, com os núcleos existentes alguns degradados outros em forte aceleração de degradação não se consegue resolver tudo e, de facto, é preciso estabelecer prioridades. Esta prioridade que resulta da requalificação de toda a zona verde da cidade tem a ver com a necessidade que existe de eleger a prioridade que pode ser o polo de atracção de todas as outras requalificações. -----

--- Disse ter visitado várias vezes o Bairro Dezasseis de Março porque se preocupa. Acrescentou não ser seu hábito apresentar projectos sem verbas, todavia espera encontrar uma solução para o Bairro Dezasseis de Março até ao próximo mês de Março. -----

--- Relativamente ao Campo Infante da Câmara referiu que quando se fala de um território que não é ocupado, um território que do ponto de vista sociológico até é abandonado porque saiu dali a Feira da Agricultura, um território que há trinta ou quarenta anos é fonte de uma relação de intimidade e de memória forte e depois de uma desilusão muito forte, sobre esse território podem-se fazer centenas de conjecturas, sendo, aliás, uma conjectura o plano de pormenor que existe para o local porque não existe dinheiro para ele. A este propósito lembrou a reunião com o senhor Provedor que vem apresentar uma proposta que tem interesse e sobre a qual se deve reflectir. Acrescentou haver a possibilidade de se criar no local uma biblioteca municipal, o edifício para a Câmara Municipal, um edifício para as águas. -----

--- Concluiu frisando que se está a falar sobre um estudo prévio. É a primeira fase do estudo e do projecto que se pretende desenvolver. Disse estar disponível para todos os contributos mas todos os contributos que possam melhorar este projecto necessitando de propostas concretas.-----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** lembrou algumas questões ainda sem resposta tendo o senhor Arquitecto Pedro Gouveia referido que o prédio de doze andares não vai servir de referência, sendo a Câmara a definir o plano de alinhamento e a cêrcea. Informou também que o que vai ser destruído é o gradeamento junto ao parque da Enfis. Vai haver ali uma escadaria e o ginásio do seminário vai ser recuperado criando-se como

que uma grande porta para o Largo do Seminário. -----

--- O senhor **Presidente**, respondendo a questões levantadas pelo senhor Vereador Rui Barreiro, referiu que o percurso pedonal entre a zona do tribunal e a Igreja de Jesus Cristo persiste porque numa primeira fase o Instituto Português do Património Architectónico disse que não era possível mas numa segunda fase veio dizer que de uma outra forma talvez. Acrescentou que a terceira fase do projecto está ainda carregada de indefinições. Relativamente aos planos de pormenor disse que brevemente irá propôr ao Executivo a suspensão de alguns.-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** interveio novamente chamando a atenção para a questão do Campo Infante da Câmara, referindo a este propósito que se é possível fazer uma parceria público/privada para um parque de estacionamento subterrâneo no Campo Sá da Bandeira certamente também seria possível estabelecer uma parceria público-privada, como estava previsto, para um parque de estacionamento subterrâneo no Campo Infante da Câmara, passando a dispôr de meios financeiros para que uma parte do projecto pudesse ser executada. Disse não ter a veleidade de pensar que o Campo Infante da Câmara pudesse ser exclusivamente financiado com meios da Câmara, tinha a expectativa de ter outros meios.-----

--- A senhora **Vereadora Henriqueta Carolo** lembrou a questão que colocou sobre expropriações tendo o senhor arquitecto Pedro Gouveia referido que se trata da variante à Rua Alexandre Herculano, estando a falar da necessidade de expropriação de doze prédios. Todavia, lembrou que antes da fase de expropriações haverá uma fase de negociações, sendo a expropriação a última das alternativas. -----

--- A senhora **Vereadora Luísa Mesquita** referiu que a posição da CDU - Coligação Democrática Unitária não significa que estejam disponíveis para destruir a actual rotunda do Largo Cândido dos Reis que tanto dinheiro e transtorno causou aos munícipes. Recordou que na altura a CDU - Coligação Democrática Unitária votou contra esta construção porque a considerou inestética, insegura e demasiado grande. Disse ainda que considerava importante a existência de uma placa giratória do tráfego automóvel naquela zona e que discordava do encerramento do acesso ao Bairro dos Combatentes.

Acrescentou que num concelho onde existem tantas necessidades, a Câmara não se pode dar ao luxo de construir hoje e destruir amanhã. Concluiu dizendo que a viabilização desta primeira fase não significa cartão de acesso para a terceira fase.-----

--- Após mais alguma troca de impressões o **senhor Presidente** submeteu o assunto a votação tendo a Câmara deliberado, por maioria, com os votos a favor do PSD - Partido Social Democrata e da CDU - Coligação Democrática Unitária e os votos contra do PS - Partido Socialista, aprovar o estudo prévio do Jardim da Liberdade – Requalificação do Campo Sá da Bandeira/Largo Cândido dos Reis.-----

--- Apresentaram declaração de voto:-----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – Referiu que as suas intervenções constituíam a sua declaração de voto, acrescentando o seguinte que sustenta a sua votação favorável a este projecto: “Estamos a falar, quer por confirmação feita pelos técnicos, quer pelo senhor Presidente da Câmara, de um estudo prévio aberto a todas as discussões, a todas as alterações e a todas as contribuições deste Executivo Camarário e, portanto, a votação da CDU - Coligação Democrática Unitária decorre exactamente dessa disponibilidade para uma requalificação urbanística aqui e hoje apresentada, tendo por base este estudo prévio e que melhora, na minha opinião, satisfatoriamente, o projecto que foi discutido no anterior executivo e que mereceu por parte da CDU - Coligação Democrática Unitária uma proposta alternativa bem diferente, porque não só mantinha no essencial uma estrutura viária muito similar à existente como ainda, na nossa opinião, tinha um grande impacto ambiental, provocado pela existência de um túnel de acesso de trânsito e que confluía naquela inexplicável e insegura “ovolunda” do Largo Cândido dos Reis. Portanto, o nosso voto foi contra esse projecto. Nunca estivemos de acordo com ele. Naturalmente que este não é o projecto da CDU - Coligação Democrática Unitária mas a população ainda não quis que a CDU - Coligação Democrática Unitária governasse este Concelho, no entanto considero que este projecto hoje aqui apresentado melhora o projecto anteriormente discutido no anterior Executivo.”-----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** –Referiu que as intervenções do PS – Partido Socialista constituíam a declaração de voto, acrescentando: “Consideramos que este

estudo prévio apresentado para a requalificação do Campo Sá da Bandeira/Largo Cândido dos Reis não é uma boa solução para a cidade. O investimento que consideramos essencial a ser feito era o jardim Sá da Bandeira para o qual estava a ser elaborado projecto e também para o qual existia financiamento no âmbito da candidatura Viver Santarém/POLIS, bem como considerávamos essencial que num período de recursos escassos se investissem meios financeiros onde de facto eram necessários, nomeadamente no Campo Infante da Câmara que precisa claramente de investimento.” -----

--- Na sequência desta intervenção a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** sublinhou que na sua declaração de voto se limitou a falar de hoje, da Avenida do Brasil e da Avenida Marquês Sá da Bandeira. ” A minha posição de voto não tem rigorosamente nada que ver com a segunda e terceira fases. A segunda e terceira fases não estão hoje a votação. Só está a primeira fase”.-----

--- **ABERTURA DO PROCEDIMENTO "EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO DE SANTARÉM - COMPONENTE DOIS - AVENIDA DO BRASIL E APRECIACÃO DOS PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS E NOMEACÃO DAS COMISSÕES DE ABERTURA E DE ANÁLISE DE PROPOSTAS**-----

--- Em cumprimento do deliberado na última reunião, foi de novo presente o processo em epígrafe, no qual consta a informação número dois, de três do corrente mês, do Departamento de Ordenamento e Desenvolvimento – Divisão de Projectos, e respectivos anexos, que se dá por transcrita na presente acta, dela fazendo parte integrante (documento II).-----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro**, em nome do PS – Partido Socialista, disse que consideram que esta proposta condiciona a intervenção que ali vai acontecer e lamentam que ela tenha ocorrido desta forma, isto é, que se esteja num estudo prévio numa fase e ao mesmo tempo com uma intervenção deste género que na prática vai consubstanciar um projecto de execução para aquela área. Não lhes parece correcto dizer que pode haver intervenções e que pode haver melhorias quando à partida nesta componente o

saneamento básico influencia determinantemente aquilo que se irá passar naquela área. Daí que pensam que, a haver dinheiro disponível para o saneamento básico, para não se perder provavelmente poderia ser utilizado noutros locais onde haja projectos, nomeadamente em São Pedro ou nas Fontainhas, enfim noutra local e não aqui deixando ainda com algum espaço de manobra a possibilidade de se poder efectivamente discutir o estudo prévio e depois as intervenções de saneamento nesta área.-----

--- O **senhor Presidente** submeteu o assunto a votação tendo a Câmara deliberado, por maioria, com os votos a favor do PSD - Partido Social Democrata e da CDU - Coligação Democrática Unitária e os votos contra do PS - Partido Socialista, concordar com a abertura do procedimento para a "Empreitada de Reabilitação e ampliação do sistema de saneamento de Santarém - Componente dois - Avenida do Brasil", aprovando o programa de concurso, caderno de encargos e concordando com a composição das comissões de abertura e análise das propostas. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** referiu que a sua intervenção constituía a sua declaração de voto.-----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia vinte e dois de Janeiro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o "**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**", não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção

a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Francisco Flores _____

--- **OS VEREADORES** -----

--- Rui Barreiro _____

--- Ramiro Matos _____

--- Manuel Afonso _____

--- Lígia Batalha _____

--- Joaquim Neto _____

--- Maria Luísa Mesquita _____

--- Ricardo Gonçalves _____

--- Henriqueta Carolo _____